PREVIJUNO

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte - CE

# Relatório de Governança Corporativa

**2° Trimestre de 2026**



# PREVIJUNO

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE

# RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

## 2º TRIMESTRE DE 2026

Juazeiro do Norte/CE
2026

**CONSELHO DELIBERATIVO**

Vandir Menezes Lima
José Erivaldo Oliveira dos Santos
Hellen Karine Soares Lira
Edivan Alexandre Ferreira
Ana Cláudia Fulgêncio de Lima
Francisco Fraudiê Barbosa de Medeiros

**CONSELHO FISCAL**

Mário Malzoni Neto
Clênia Beane Brito de Oliveira
Janaclea Rodrigues Gomes

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Jesus Rogério de Holanda
Tiago César da Silva Viana
Geogeane da Silva Soares Gomes
Marcos Aurélio Gonçalves Silva

**CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA INSTITUCIONAL**

Clênia Beane Brito de Oliveira

**ASSESSORIA ESPECIAL II**

Francisco Felipe Santos Ribeiro

Rua do Cruzeiro, 163/167, Centro, Juazeiro do Norte/CE
faleconosco@previjuno.com

# SUMÁRIO

**Sumário executivo..... 4**
**1. Apresentação..... 4**
1.1 Escopo do relatório..... 4
**2. Metodologia, período de referência e fontes de informação..... 4**
**3. Base normativa e diretrizes de governança..... 5**
3.1 Cobertura do conteúdo mínimo do Manual do Pró-Gestão RPPS..... 5
3.2 Marco normativo e institucional de referência..... 5
**4. Identidade institucional e estrutura de governança..... 6**
4.1 Referencial institucional..... 6
4.2 Estrutura organizacional e instâncias de governança..... 6
4.3 Núcleos internos e apoio temático à governança..... 7
**5. Painel executivo do 2º trimestre de 2026..... 8**
5.1 Comparativo com o 1º trimestre de 2026 e 2º trimestre de 2025..... 9
**6. Segurados, beneficiários, quadro funcional e folha..... 10**
6.1 Folha, segurados e benefícios..... 10
**7. Gestão orçamentária, financeira e contábil..... 11**
7.1 Conciliação entre execução orçamentária e pagamentos..... 11
7.2 Composição das receitas..... 12
7.3 Composição das despesas..... 16
7.4 Taxa de administração e custeio administrativo..... 19
**8. Situação atuarial, custeio e contribuições previdenciárias..... 21**
8.1 Atuação e documentação atuarial no trimestre..... 21
8.2 Contribuições previdenciárias..... 22
8.3 Acordos e parcelamentos CADPREV..... 23
8.4 Arrecadação orçamentária de contribuições e aportes..... 23
**9. Gestão de investimentos..... 25**
**10. Órgãos colegiados e outras instâncias de governança..... 26**
10.1 Atuação da Diretoria Executiva no trimestre..... 27
10.2 Atuação do Conselho Deliberativo no trimestre..... 27
10.3 Atuação do Conselho Fiscal no trimestre..... 27
10.4 Atuação do Comitê de Investimentos no trimestre..... 27
10.5 Atuação do Comitê de Segurança da Informação no trimestre..... 28
**11. Atividades institucionais e planejamento..... 28**
**12. Gestão administrativa, pessoas, patrimônio e controles..... 28**
**13. Controle interno, jurídico e conformidade..... 28**
**14. Gestão previdenciária..... 29**
**15. Atendimento, ouvidoria e relacionamento com segurados..... 29**
**16. Transparência, comunicação, TI e segurança da informação..... 29**
**17. Riscos institucionais, providências e pontos de atenção..... 30**
**18. Considerações finais..... 30**
**19. Referências..... 31**
**Apêndice A - Matriz de objetos de acompanhamento e fontes documentais..... 34**

## Sumário executivo

O Relatório de Governança Corporativa apresenta a síntese gerencial do PREVIJUNO referente ao 2º trimestre de 2026, com ênfase nos principais resultados, na evolução financeira e previdenciária, no desempenho dos investimentos, nas atividades dos órgãos de governança e nos principais pontos de controle. A estrutura foi organizada com base no conteúdo mínimo previsto no item 3.2.1 do Manual do Pró-Gestão RPPS (versão 4.2) para o nível IV.

No período, as receitas orçamentárias arrecadadas totalizaram **R$ 43.889.757,44** e as despesas orçamentárias totalizaram **R$ 38.631.022,09**, resultando em diferença positiva de **R$ 5.258.735,35** entre as receitas arrecadadas e as despesas orçamentárias. Em relação ao 1º trimestre de 2026, as receitas cresceram **41,22%** e os pagamentos totais, incluindo Restos a Pagar processados, aumentaram **19,30%**. A carteira encerrou junho em **R$ 465.429.994,13**.

Em 30 de junho de 2026, a posição de segurados e beneficiários compreendia 4.300 servidores ativos do Poder Executivo, 34 do Poder Legislativo, 1.852 aposentados e 183 pensionistas, totalizando 6.369 segurados e beneficiários. Foram concedidas 45 aposentadorias e 3 pensões, e recebidos 91 requerimentos de benefícios. As cinco instâncias de governança com reuniões documentadas realizaram 34 reuniões no trimestre.

## 1. Apresentação

O Relatório de Governança Corporativa do PREVIJUNO referente ao 2º trimestre de 2026 apresenta, de forma sintética, as informações de governança, gestão e prestação de contas relativas ao período de abril a junho de 2026.

Esta edição privilegia dados numéricos e evidências documentais. Informações qualitativas foram mantidas apenas quando necessárias à compreensão de risco, conformidade, providência ou limitação relevante.

### 1.1 Escopo do relatório

O conteúdo abrange os dados da unidade gestora, a evolução financeira e atuarial, a gestão de investimentos, os quantitativos de segurados e beneficiários, as receitas e despesas e as atividades dos órgãos colegiados, além dos controles administrativos e de transparência indispensáveis à avaliação da governança.

## 2. Metodologia, período de referência e fontes de informação

O período de referência compreende abril, maio e junho de 2026. Para a elaboração do relatório, foram utilizados documentos institucionais, demonstrativos contábeis, relatórios de investimentos, atos, atas, bases históricas consolidadas e o Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026. O Manual do Pró-Gestão RPPS, versão 4.2, publicado após o encerramento do trimestre, foi adotado como referência metodológica vigente na consolidação, sem alteração do recorte temporal ou dos dados do período.

Os fluxos foram totalizados no trimestre; os estoques correspondem à posição de encerramento; e os percentuais foram acumulados conforme sua metodologia própria. Informações posteriores a 30 de junho foram utilizadas apenas para registrar a evolução de fatos do trimestre, com indicação temporal.

## 3. Base normativa e diretrizes de governança

Este relatório adota como referências os princípios de transparência, prestação de contas, responsabilidade institucional, controle, conformidade, eficiência administrativa e governança pública aplicáveis aos regimes próprios de previdência social.

A elaboração do Relatório de Governança Corporativa utiliza como referência metodológica as diretrizes do Manual do Pró-Gestão RPPS, versão 4.2, especialmente quanto à divulgação periódica de informações relevantes sobre segurados, receitas, despesas, investimentos, situação atuarial, atuação dos colegiados, atividades institucionais e canais de atendimento.

A Portaria MTP nº 1.467/2022 orienta a gestão dos RPPS em temas como segurados e beneficiários, equilíbrio financeiro e atuarial, gestão dos regimes próprios, investimentos dos recursos, procedimentos contábeis, benefícios e obrigações de informação. Esses blocos foram utilizados como referência para organizar a leitura institucional do trimestre.

**Quadro 1** - Diretrizes de governança aplicadas ao RGC

| Diretriz | Aplicação no RGC do 2º trimestre de 2026 |
|---|---|
| Transparência | Apresentação clara dos dados relevantes, das fontes utilizadas e das cautelas técnicas pertinentes. |
| Prestação de contas | Registro de receitas, despesas, investimentos, colegiados, controles e providências de governança. |
| Equidade e impessoalidade | Linguagem institucional e tratamento agregado dos dados de segurados, servidores e usuários. |
| Responsabilidade corporativa | Preservação da finalidade previdenciária dos recursos e registro de pontos de atenção. |
| Rastreabilidade | Identificação de fonte, período, critério de leitura e setor responsável pela manifestação técnica. |

**Fonte:** elaboração própria a partir do Manual do Pró-Gestão RPPS, versão 4.2.

### 3.1 Cobertura do conteúdo mínimo do Manual do Pró-Gestão RPPS

Com base no **item 3.2.1 do Manual do Pró-Gestão RPPS**, o relatório contempla dados dos segurados, receitas e despesas, evolução da situação atuarial, gestão dos investimentos, atividades e principais decisões dos órgãos colegiados, atividades institucionais e canais de atendimento. Os temas complementares de controle interno, transparência, tecnologia, pessoal e planejamento são apresentados de forma objetiva.

### 3.2 Marco normativo e institucional de referência

A estrutura funcional aplicável ao período observa a Lei Complementar Municipal nº 141/2025 e o Regimento Interno aprovado pelo Decreto Municipal nº 821/2023, sem prejuízo das competências estabelecidas em atos específicos.

# 4. Identidade institucional e estrutura de governança

O PREVIJUNO é a unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores municipais de Juazeiro do Norte. Sua governança compreende a Presidência, a Diretoria Executiva, as diretorias previdenciárias, os conselhos Deliberativo e Fiscal, o Comitê de Investimentos, o Comitê de Segurança da Informação e as unidades técnicas e de apoio.

## 4.1 Referencial institucional

O Planejamento Estratégico 2026–2030 estabelece a missão, a visão e os valores que orientam a atuação institucional do PREVIJUNO. Esses elementos constituem referência para o planejamento, a governança e o acompanhamento das atividades desenvolvidas ao longo do exercício.

**Quadro 2** - Referencial institucional do PREVIJUNO

| Elemento | Definição institucional |
|---|---|
| **Missão** | Promover uma gestão previdenciária inovadora, ética e humana, que valorize as pessoas e transforme o cuidado em compromisso, assegurando aos segurados e seus dependentes aposentadorias e pensões capazes de garantir estabilidade e qualidade de vida. |
| **Visão** | Ser reconhecido pela excelência e transparência na gestão previdenciária, pautada no equilíbrio financeiro e atuarial, na inovação, na sustentabilidade e na valorização das pessoas. |
| **Valores** | Ética, comprometimento, empatia, responsabilidade, inovação, criatividade, sustentabilidade e valorização do ser humano. |

**Fonte:** Planejamento Estratégico PREVIJUNO 2026–2030.

Para fins de governança, integram as principais partes interessadas os **segurados e beneficiários, servidores, agentes públicos, fornecedores, prestadores de serviços, órgãos de controle interno e externo e a sociedade em geral**. A identificação dessas partes interessadas contribui para orientar as ações de transparência, prestação de contas, atendimento, planejamento e relacionamento institucional.

## 4.2 Estrutura organizacional e instâncias de governança

A estrutura institucional do PREVIJUNO compreende componentes de natureza administrativa, executiva e de governança. A estrutura funcional aplicável ao período observa a Lei Complementar Municipal nº 141/2025, enquanto o Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 821/2023 disciplina as instâncias de governança e respectivas competências, compreendendo o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva e o Comitê de Investimentos.

Além das instâncias previstas no Regimento Interno, a governança institucional é apoiada por estruturas complementares, entre elas o **Comitê de Segurança da Informação**, os núcleos internos de trabalho e as áreas administrativas e técnicas responsáveis pela execução especializada das atividades.

**Quadro 3 -** Principais instâncias de governança e atuação institucional

| Instância | Papel institucional no RGC |
|---|---|
| Conselho Deliberativo | Deliberação superior e acompanhamento das políticas, instrumentos e matérias estratégicas relacionadas à gestão do RPPS. |
| Conselho Fiscal | Fiscalização e acompanhamento da gestão econômico-financeira, atuarial e dos demais atos de gestão submetidos à sua competência. |
| Diretoria Executiva | Condução da gestão institucional e acompanhamento das matérias administrativas, financeiras, previdenciárias, atuariais e de tecnologia da informação. |
| Comitê de Investimentos | Assessoramento técnico relacionado à formulação, execução e acompanhamento da Política de Investimentos e da carteira de recursos do RPPS. |
| Comitê de Segurança da Informação | Governança de segurança da informação, proteção de dados, continuidade dos serviços e acompanhamento dos controles relacionados ao ambiente digital. |

**Fonte:** elaboração própria a partir do Decreto Municipal nº 821/2023, que aprova o Regimento Interno do PREVIJUNO, e da Portaria nº 01/2026/PREVIJUNO, de 12/01/2026, relativa ao Comitê de Segurança da Informação.

## 4.3 Núcleos internos e apoio temático à governança

Os núcleos internos de trabalho funcionam como estruturas temáticas de apoio à gestão, voltadas ao desenvolvimento e acompanhamento de atividades específicas, sem substituir as competências das instâncias previstas no Regimento Interno ou das unidades administrativas responsáveis.

Na organização interna, destacam-se o **Núcleo de Elaboração e Revisão do Planejamento Estratégico - NUPES, o Núcleo Permanente de Inventário - NUPI, o Núcleo Permanente de Avaliação de Documentos - NUPAD, o Núcleo de Conferência de Valores - NUCOV, o Núcleo de Comunicação - NUCOM e o Núcleo Permanente de Gestão de Riscos - NUPGR**.

Em síntese, essas estruturas prestam apoio temático, respectivamente, ao planejamento estratégico, à gestão patrimonial, à gestão documental, à conferência de valores previdenciários, à comunicação institucional e à gestão de riscos, observadas as competências das unidades administrativas e os respectivos atos institucionais.

## 5. Painel executivo do 2º trimestre de 2026

O painel executivo sintetiza os dados-chave do 2º trimestre de 2026 e direciona a leitura para as seções analíticas correspondentes. Os valores apresentados são interpretados em conjunto com as fontes indicadas, os demonstrativos oficiais e as ressalvas técnicas registradas ao longo do relatório.

**Quadro 4 -** Painel executivo do 2º trimestre de 2026

| Dimensão | Síntese do trimestre |
|---|---|
| Receitas | R$ 43.889.757,44 no trimestre. |
| Despesas orçamentárias | R$ 38.631.022,09 no trimestre. |
| Diferença entre receitas e despesas orçamentárias | R$ 5.258.735,35, positiva no trimestre. |
| Restos a Pagar de 2025 | R$ 319,98 pagos no trimestre. |
| Pagamentos totais, incluindo Restos a Pagar processados de 2025 | R$ 38.631.342,07, incluindo R$ 319,98 de Restos a Pagar processados de 2025. |
| Investimentos | R$ 465.429.994,13 na posição de 30/06/2026. |
| Rentabilidade | 4,03% no trimestre; resultado monetário de R$ 18.421.437,39. |
| Instâncias de governança | 34 reuniões documentadas: DIREX 13; CONDEL 6; COFIS 6; Comitê de Investimentos 6; CSI 3. |
| Recursos Humanos | 25 servidores no quadro do PREVIJUNO. |
| Contratos | Fiscalização e controles contratuais permaneceram em acompanhamento, com recomendações de padronização documental e comprovação da execução. |
| Segurados e beneficiários | **6.369 na posição de 30/06/2026:** 4.300 ativos do Executivo, 34 do Legislativo, 1.852 aposentados e 183 pensionistas. |
| Atendimento e ouvidoria | 1.124 requerimentos e solicitações; 8 manifestações de ouvidoria. |
| Transparência | Segundo o Controle Interno, 17 requisitos foram avaliados: 10 em conformidade, 2 em conformidade com atualização e 5 com desconformidade, desatualização ou inconsistência. |
| Riscos e providências | 21 itens no quadro de achados e recomendações do Controle Interno, com acompanhamento por temática, providência e unidade responsável. |

**Fonte:** elaboração própria a partir do Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026, dos demonstrativos contábeis e financeiros do período, dos Relatórios de Investimentos de abril, maio e junho de 2026 e dos registros institucionais citados nas seções correspondentes.

## 5.1 Comparativo com o 1º trimestre de 2026 e 2º trimestre de 2025

Na comparação com o 1º trimestre de 2026, as receitas aumentaram **R$ 12.810.307,94** e os pagamentos totais, incluídos os Restos a Pagar processados, cresceram **R$ 6.250.943,44**. A posição consolidada dos investimentos aumentou **R$ 3.588.805,58 (+0,78%)**, enquanto a rentabilidade trimestral passou de **2,87% para 4,03%,** aumento de **1,16 ponto percentua**l.

**Tabela 1 -** Comparativo de indicadores selecionados: 1º trimestre de 2026, 2º trimestre de 2026 e 2º trimestre de 2025

| Indicador | 1T 2026 | 2T 2026 | 2T 2025 | Variação 2T/2026 x 2T/2025 | Variação % 2T/2026 x 2T/2025 |
|---|---|---|---|---|---|
| Receitas totais | 31.079.449,50 | 43.889.757,44 | 40.461.603,13 | +3.428.154,31 | +8,47% |
| Pagamentos totais, incluindo Restos a Pagar | 32.380.398,63 | 38.631.342,07 | 33.290.843,94 | +5.340.498,13 | +16,04% |
| Resultado monetário da carteira de investimentos | 13.040.027,59 | 18.421.437,39 | 16.303.777,74 | +2.117.659,65 | +12,99% |
| Posição consolidada dos investimentos | 461.841.188,55 | 465.429.994,13 | 433.754.091,66 | +31.675.902,47 | +7,30% |
| Compensação previdenciária - valor informado | 2.900.344,05 | 2.238.461,41 | 2.907.696,97 | -669.235,56 | -23,02% |
| Segurados e beneficiários | 6.921 | 6.369 | - | n/c | n/c |
| Servidores ativos | 4.925 | 4.334 | - | n/c | n/c |
| Aposentados | 1.816 | 1.852 | 1.702 | +150 | +8,81% |
| Pensionistas | 180 | 183 | 177 | +6 | +3,39% |
| Requerimentos de benefícios | 35 | 91 | - | n/c | n/c |
| Reuniões documentadas das instâncias de governança | 32 | 34 | 40 | -6 | -15,00% |

**Nota**: as colunas “Variação 2T/2026 x 2T/2025” e “Variação % 2T/2026 x 2T/2025” correspondem à comparação interanual entre os segundos trimestres de 2026 e 2025. Para requerimentos de benefícios, não há dado comparável do 2º trimestre de 2025 na base consolidada desta edição. “n/c” = não comparável com segurança.

## 6. Segurados, beneficiários, quadro funcional e folha

O acompanhamento de segurados, beneficiários, folha e quadro funcional constitui componente essencial da governança previdenciária. A posição agregada de segurados e beneficiários em 30/06/2026 é detalhada a seguir.

### 6.1 Folha, segurados e benefícios

Na posição de 30 de junho de 2026, havia 4.300 servidores ativos do Poder Executivo, 34 do Poder Legislativo, 1.852 aposentados e 183 pensionistas, totalizando 6.369 segurados e beneficiários. O quadro de pessoal do PREVIJUNO era composto por 25 servidores, entre efetivos, comissionados e contratados, conforme informação consolidada no Relatório de Controle Interno.

**Tabela 2** - Posição dos segurados e beneficiários em 30/06/2026

| Categoria | Quantidade | Critério |
|---|---|---|
| Servidores ativos | 4.300 | Poder Executivo |
| Servidores ativos | 34 | Poder Legislativo |
| Aposentados | 1.852 | Benefícios em pagamento |
| Pensionistas | 183 | Benefícios em pagamento |
| **Total geral** | **6.369** | **Soma das categorias anteriores** |

**Fonte**: elaboração própria a partir de dados do Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026.

No trimestre, os pagamentos de aposentadorias somaram **R$ 36.357.209,15** e os pagamentos de pensões, **R$ 1.665.857,78**, totalizando **R$ 38.023.066,93**.

**Tabela 3** - Beneficiários do RPPS nas folhas de abril a junho de 2026

| Competência | Aposentadorias | Pensões por morte | Total consolidado |
|---|---|---|---|
| Abril/2026 | R$ 10.292.002,38 | R$ 508.225,61 | R$ 10.800.227,99 |
| Maio/2026 | R$ 10.471.307,39 | R$ 464.418,48 | R$ 10.935.725,87 |
| Junho/2026 | R$ 15.593.899,38 | R$ 693.213,69 | R$ 16.287.113,07 |

**Fonte**: elaboração própria a partir de dados do Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026.

**Nota**: os valores mensais correspondem à folha bruta informada no Relatório de Controle Interno.

## 7. Gestão orçamentária, financeira e contábil

As receitas orçamentárias arrecadadas totalizaram **R$ 43.889.757,44**, sendo **R$ 25.468.320,07** de receitas previdenciárias e **R$ 18.421.437,37** de receitas patrimoniais.

As despesas orçamentárias totalizaram **R$ 38.631.022,09**. Desse montante, **R$ 38.023.066,93** corresponderam a despesas previdenciárias e **R$ 607.955,16** a despesas administrativas. A diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas orçamentárias foi positiva em **R$ 5.258.735,35**. Os Restos a Pagar processados de 2025 pagos no trimestre somaram **R$ 319,98**; considerados esses pagamentos, o total de pagamentos realizados no período alcançou **R$ 38.631.342,07**.

Em comparação com o 1º trimestre de 2026, as receitas cresceram **41,22%** e os pagamentos totais, incluindo Restos a Pagar processados, aumentaram **19,30%**. Segundo o Controle Interno, o aumento das despesas decorreu principalmente da antecipação de parcela do décimo terceiro dos beneficiários e servidores.

**Tabela 4** - Receitas arrecadadas, pagamentos e diferença mensal no 2º trimestre de 2026

| Mês | Receitas arrecadadas | Pagamentos realizados | Diferença entre receitas e pagamentos |
|---|---|---|---|
| Abril/2026 | R$ 17.037.805,76 | R$ 10.949.483,18 | R$ 6.088.322,58 |
| Maio/2026 | R$ 13.675.963,05 | R$ 11.186.110,14 | R$ 2.489.852,91 |
| Junho/2026 | R$ 13.175.988,63 | R$ 16.495.748,75 | R$ -3.319.760,12 |
| **Total do trimestre** | **R$ 43.889.757,44** | **R$ 38.631.342,07** | **R$ 5.258.415,37** |

**Fonte**: elaboração própria a partir de dados do Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026.

**Nota**: "Pagamentos realizados" inclui R$ 319,98 de Restos a Pagar processados de 2025 pagos no período. Por isso, a diferença de R$ 5.258.415,37 desta tabela não se confunde com a diferença de R$ 5.258.735,35 entre receitas arrecadadas e despesas orçamentárias do exercício.

### 7.1 Conciliação entre execução orçamentária e pagamentos

Para distinguir a execução orçamentária do exercício de 2026 dos pagamentos relativos a obrigações inscritas em Restos a Pagar de 2025, o Quadro 5 apresenta as receitas orçamentárias arrecadadas, as despesas orçamentárias do exercício, os Restos a Pagar processados pagos no trimestre e os pagamentos totais realizados no período.

Essa apresentação permite comparar o resultado da execução orçamentária de 2026 com o resultado após a inclusão dos pagamentos referentes ao exercício anterior, preservando a identificação de cada fluxo.

**Quadro 5** - Conciliação entre execução orçamentária e pagamentos no 2º trimestre de 2026

| Indicador | Valor |
|---|---|
| Receitas orçamentárias arrecadadas | R$ 43.889.757,44 |
| Despesas orçamentárias do exercício | R$ 38.631.022,09 |
| Diferença entre receitas e despesas orçamentárias | R$ 5.258.735,35 |
| Restos a Pagar processados de 2025 pagos | R$ 319,98 |
| Pagamentos totais realizados no período | R$ 38.631.342,07 |
| Diferença entre receitas e pagamentos totais | R$ 5.258.415,37 |

**Fonte**: elaboração própria a partir dos demonstrativos contábeis e financeiros do período e do Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026.

A conciliação demonstra que os R$ 319,98 de Restos a Pagar processados de 2025 integram os desembolsos realizados no trimestre, mas não as despesas orçamentárias do exercício de 2026.

## 7.2 Composição das receitas

A receita orçamentária arrecadada pelo PREVIJUNO no 2º trimestre de 2026 totalizou **R$ 43.889.757,44**, distribuída entre contribuições previdenciárias, receitas patrimoniais, compensação previdenciária, aportes, parcelamentos e demais ingressos registrados nos demonstrativos do período. A Tabela 5, a seguir, apresenta a composição das receitas arrecadadas nos meses de abril, maio e junho de 2026, preservando as respectivas naturezas de receita constantes da base contábil.

As rubricas correntes de contribuições previdenciárias apresentadas na Tabela 5 totalizaram **R$ 22.267.684,74**, correspondentes a aproximadamente **50,74%** da receita total. Nesse conjunto estão compreendidas as contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, dos servidores cedidos ou licenciados e as contribuições patronais dos Poderes Executivo e Legislativo. Não houve valor registrado, no trimestre, na rubrica de contribuição patronal relativa a servidores cedidos.

As receitas patrimoniais somaram **R$ 18.421.437,37**, aproximadamente **41,97%** da arrecadação trimestral. Esse grupo foi composto pela remuneração dos investimentos do RPPS em renda fixa, no valor de **R$ 9.579.605,28**; pela remuneração de investimentos em renda variável, no valor de **R$ 7.305.146,50**; e por dividendos, no montante de **R$ 1.536.685,59**.

A compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e o RPPS (COMPREV) representou **R$ 2.238.461,41**, aproximadamente **5,10%** das receitas do trimestre, com maior ingresso em junho, de **R$ 1.022.343,15**.

Os ingressos relacionados a parcelamentos e respectivos acréscimos totalizaram **R$ 818.801,16**, correspondentes a aproximadamente **1,87%** da receita trimestral. O montante compreende os ingressos vinculados aos acordos de parcelamento acompanhados no período, conforme detalhado na Seção 8.3.

Foram registrados, ainda, **R$ 120.327,66** referentes a aportes periódicos para amortização do déficit atuarial, equivalentes a aproximadamente **0,27%** do total, e **R$ 14.865,93** provenientes de outras restituições, correspondentes a aproximadamente **0,03%** da receita trimestral.

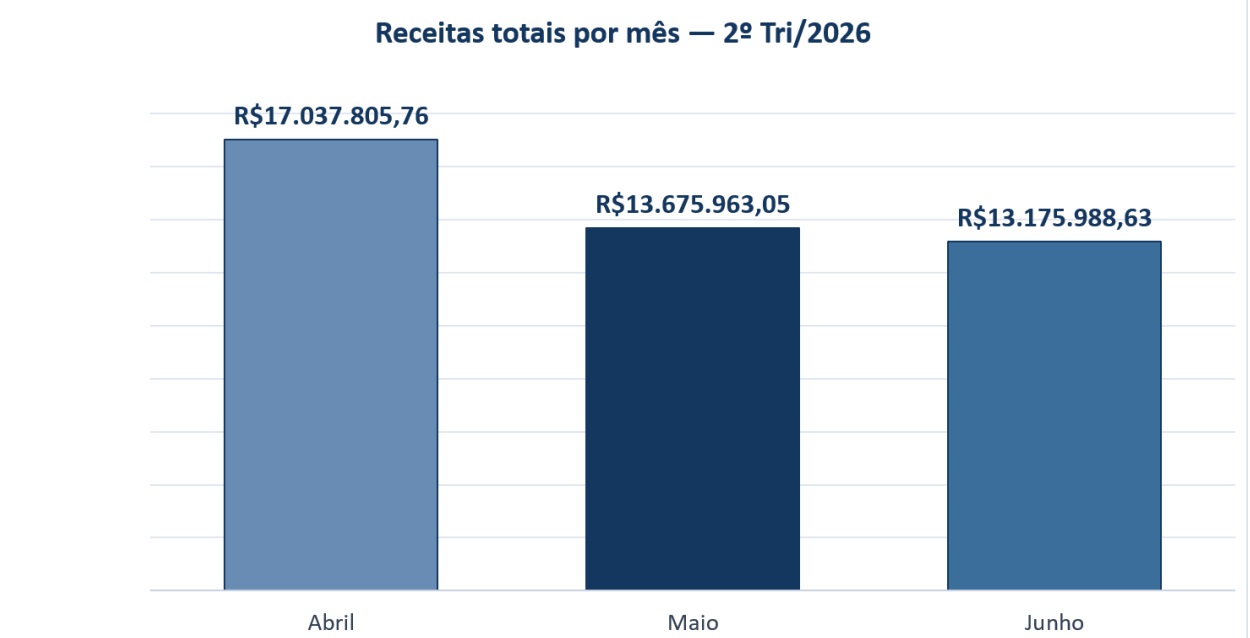
**Tabela 5 -** Visão consolidada das receitas arrecadadas no 2º trimestre de 2026

| Natureza da receita | Abril | Maio | Junho | Total 2º Tri | % do total |
|---|---|---|---|---|---|
| Aporte para amortização do déficit atuarial | R$ 40.109,22 | R$ 40.109,22 | R$ 40.109,22 | **R$ 120.327,66** | **0,27%** |
| Compensação previdenciária RGPS–RPPS (COMPREV) | R$ 639.315,48 | R$ 576.802,78 | R$ 1.022.343,15 | **R$ 2.238.461,41** | **5,10%** |
| Contribuição de pensionistas | R$ 7.941,07 | R$ 851,92 | R$ 851,92 | **R$ 9.644,91** | **0,02%** |
| Contribuição de servidores cedidos ou licenciados | R$ 3.118,61 | R$ 3.020,00 | R$ 4.181,43 | **R$ 10.320,04** | **0,02%** |
| Contribuição de servidores ativos (Executivo) | R$ 3.382.924,01 | R$ 3.293.370,47 | R$ 3.486.436,61 | **R$ 10.162.731,09** | **23,16%** |
| Contribuição de servidores ativos (Legislativo) | R$ 72.074,16 | R$ 69.697,30 | R$ 69.740,36 | **R$ 211.511,82** | **0,48%** |
| Contribuição de servidores inativos | R$ 195.574,46 | R$ 201.088,32 | R$ 198.622,30 | **R$ 595.285,08** | **1,36%** |
| Contribuição patronal (Executivo) | R$ 3.638.102,20 | R$ 3.529.030,80 | R$ 3.895.592,13 | **R$ 11.062.725,13** | **25,21%** |
| Contribuição patronal (Legislativo) | R$ 71.999,70 | R$ 69.896,82 | R$ 73.570,15 | **R$ 215.466,67** | **0,49%** |
| Contribuição patronal - servidores cedidos | - | - | - | **-** | **0,00%** |
| Parcelamento de contribuição patronal (Executivo) | R$ 96.932,10 | R$ 96.932,10 | R$ 96.932,10 | **R$ 290.796,30** | **0,66%** |
| Multas e juros - Acordo CADPREV nº 1841/2017 | R$ 6.177,45 | R$ 6.286,25 | R$ 6.385,67 | **R$ 18.849,37** | **0,04%** |
| Outras restituições | R$ 4.955,31 | R$ 4.955,31 | R$ 4.955,31 | **R$ 14.865,93** | **0,03%** |

| Natureza da receita | Abril | Maio | Junho | Total 2º Tri | % do total |
|---|---|---|---|---|---|
| Principal - Acordo CADPREV nº 1841/2017 | R$ 4.623,15 | R$ 4.623,15 | R$ 4.623,15 | **R$ 13.869,45** | **0,03%** |
| Remuneração de investimentos - renda fixa | R$ 3.349.772,43 | R$ 3.257.807,89 | R$ 2.972.024,96 | **R$ 9.579.605,28** | **21,83%** |
| Remuneração de investimentos - renda variável | R$ 5.344.937,38 | R$ 838.526,51 | R$ 1.121.682,61 | **R$ 7.305.146,50** | **16,64%** |
| Dividendos | R$ 9.450,00 | R$ 1.517.785,59 | R$ 9.450,00 | **R$ 1.536.685,59** | **3,50%** |
| Parcelamento de contribuição de servidores (Executivo) | R$ 13.495,14 | R$ 13.495,14 | R$ 13.495,14 | **R$ 40.485,42** | **0,09%** |
| Multas e juros - parcelamento de servidores (Executivo) | R$ 18.292,95 | R$ 18.611,20 | R$ 18.904,10 | **R$ 55.808,25** | **0,13%** |
| Multas e juros - parcelamento patronal (Executivo) | R$ 130.775,63 | R$ 133.058,04 | R$ 135.158,70 | **R$ 398.992,37** | **0,91%** |
| Multas e juros - obrigação patronal (Executivo) | R$ 7.235,31 | R$ 14,24 | R$ 929,62 | **R$ 8.179,17** | **0,02%** |
| **TOTAL DO 2º TRIMESTRE** | **R$ 17.037.805,76** | **R$ 13.675.963,05** | **R$ 13.175.988,63** | **R$ 43.889.757,44** | **100,00%** |

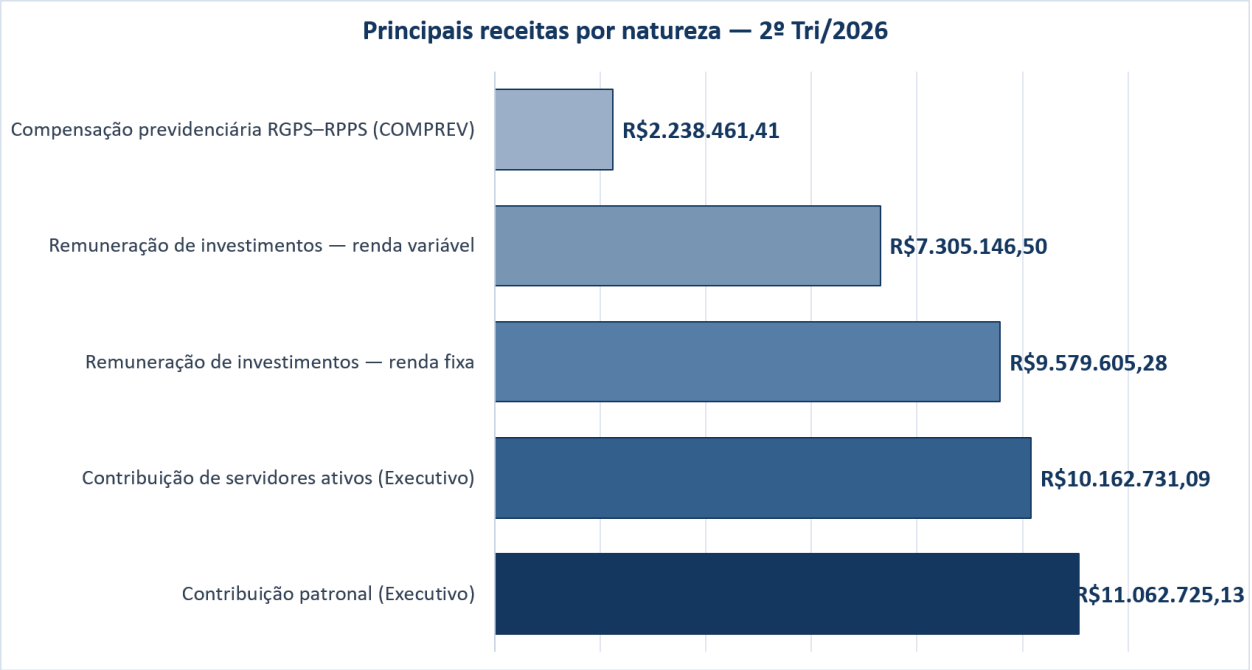
**Fonte:** elaboração própria a partir dos demonstrativos contábeis e financeiros do período e do Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026. Percentuais calculados sobre o total de receitas orçamentárias arrecadadas.

**Gráfico 1 -** Receitas totais do 2º trimestre de 2026



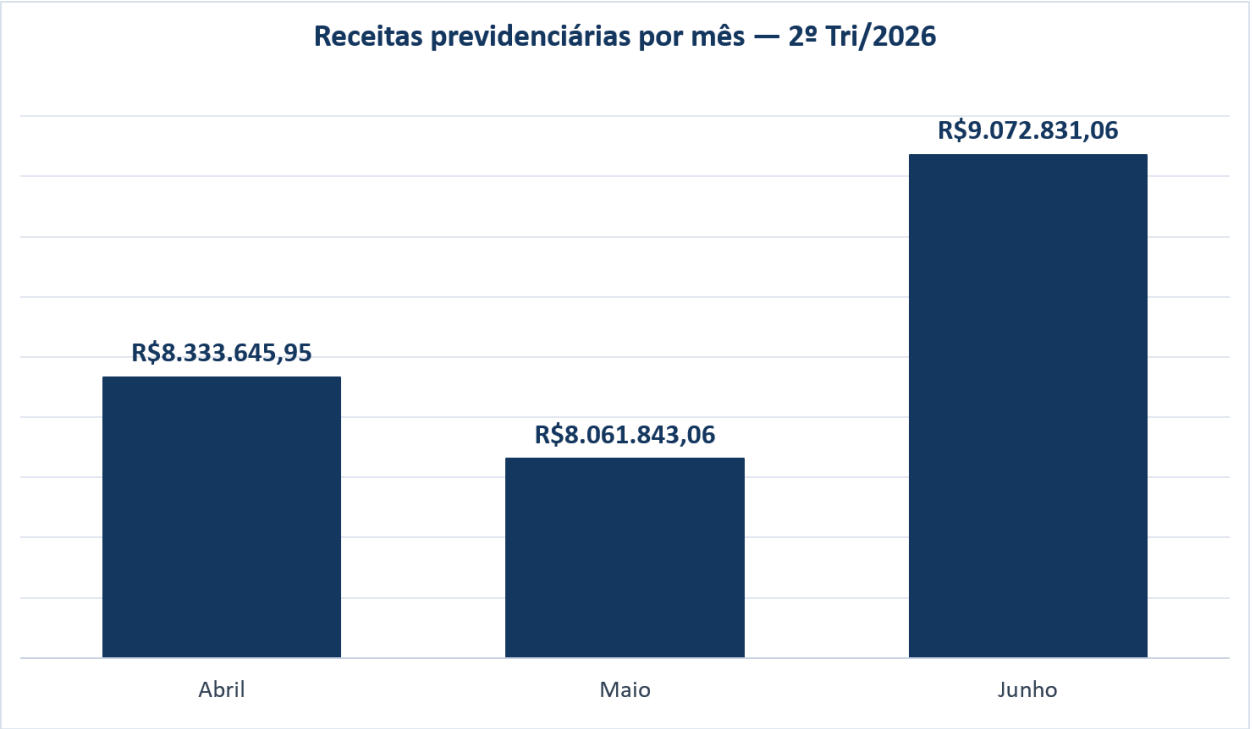

**Fonte:** elaboração própria a partir dos demonstrativos contábeis e financeiros do período e do Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026.

**Gráfico 2 -** Principais receitas do 2º trimestre de 2026 por natureza




**Fonte:** elaboração própria a partir dos demonstrativos contábeis e financeiros do período e do Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026.

**Gráfico 3 -** Receitas previdenciárias mensais no 2º trimestre de 2026




**Fonte:** elaboração própria a partir dos demonstrativos contábeis e financeiros do período e do Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026.

**Gráfico 4 -** Composição das receitas do 2º trimestre de 2026 por grupo




**Fonte:** elaboração própria a partir dos demonstrativos contábeis e financeiros do período e do Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026.

## 7.3 Composição das despesas

As despesas pagas no 2º trimestre de 2026 totalizaram **R$ 38.631.342,07**. Desse total, **R$ 38.631.022,09** correspondem a despesas orçamentárias do exercício de 2026 e **R$ 319,98** a Restos a Pagar processados de 2025 pagos no período. A Tabela 6, a seguir, apresenta a composição dos pagamentos realizados nos meses de abril, maio e junho de 2026, preservando as respectivas naturezas de despesa constantes da base contábil.

A execução da despesa no trimestre permaneceu concentrada na finalidade previdenciária. As despesas previdenciárias totalizaram **R$ 38.023.066,93**, correspondentes a aproximadamente **98,43%** dos pagamentos realizados no período. As despesas administrativas do exercício somaram **R$ 607.955,16**; considerado também o pagamento de **R$ 319,98** referente a Restos a Pagar processados de 2025, os desembolsos administrativos alcançaram **R$ 608.275,14**, equivalentes a aproximadamente **1,57%** do total pago.

No conjunto das despesas previdenciárias, os pagamentos de aposentadorias totalizaram **R$ 36.357.209,15**, correspondentes a **94,11%** de todos os pagamentos do trimestre, enquanto as pensões somaram **R$ 1.665.857,78**, equivalentes a **4,31%**. Consideradas em conjunto, aposentadorias e pensões alcançaram **R$ 38.023.066,93**, representando aproximadamente **98,43%** do total pago no trimestre.

As despesas administrativas compreenderam, entre outras rubricas, vencimentos e salários, contratação de pessoal temporário, pessoal requisitado, contribuições ao INSS, serviços de terceiros, locação de softwares e veículos, jetons, energia elétrica, passagens, materiais de consumo e demais serviços de custeio. O detalhamento do custeio administrativo é apresentado na Seção 7.4.

Sob a perspectiva mensal, os pagamentos totais atingiram **R$ 10.949.483,18** em abril, **R$ 11.186.110,14** em maio e **R$ 16.495.748,75** em junho. Junho apresentou o maior volume de pagamentos do trimestre. Segundo o Relatório de Controle Interno, o aumento das despesas no período decorreu principalmente da antecipação de parcela do décimo terceiro dos beneficiários e servidores.

As despesas previdenciárias apresentaram **R$ 10.800.227,99** em abril, **R$ 10.935.725,87** em maio e **R$ 16.287.113,07** em junho. A diferença entre esses valores e os pagamentos totais corresponde às despesas administrativas e, quando aplicável, aos Restos a Pagar processados pagos no período, conforme conciliação apresentada no Quadro 5.

A composição da despesa evidencia que os pagamentos do PREVIJUNO no trimestre permaneceram majoritariamente direcionados aos benefícios previdenciários, especialmente aposentadorias e pensões, enquanto as despesas administrativas representaram parcela reduzida do total desembolsado.

**Tabela 6 -** Visão consolidada das despesas pagas por mês no 2º trimestre de 2026

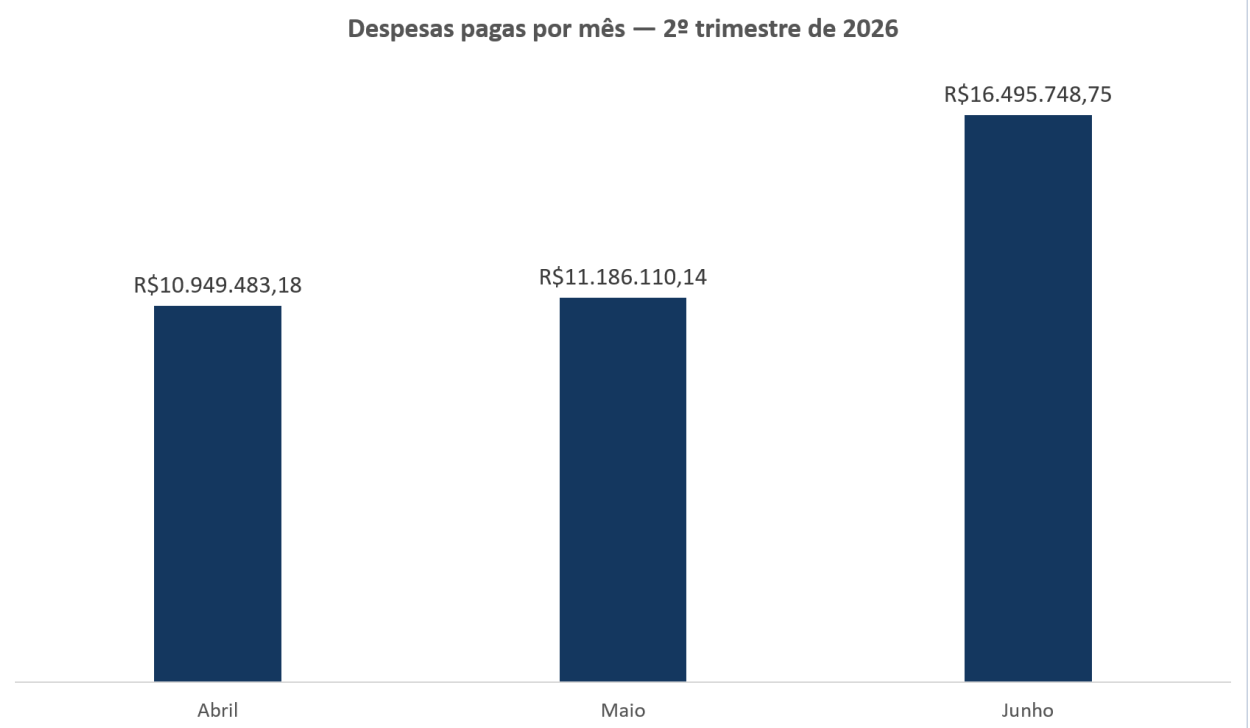
| Natureza da despesa | Abril | Maio | Junho | Total 2º Tri | % do total |
|---|---|---|---|---|---|
| Aposentadorias | R$ 10.292.002,38 | R$ 10.471.307,39 | R$ 15.593.899,38 | R$ 36.357.209,15 | 94,11% |
| Pensões | R$ 508.225,61 | R$ 464.418,48 | R$ 693.213,69 | R$ 1.665.857,78 | 4,31% |
| Vencimentos e salários | R$ 73.601,82 | R$ 88.200,84 | R$ 114.219,58 | R$ 276.022,24 | 0,71% |
| Contratação de pessoal temporário | R$ 6.000,00 | R$ 11.300,00 | R$ 15.154,64 | R$ 32.454,64 | 0,08% |
| Pessoal requisitado de outros órgãos | - | R$ 52.479,52 | - | R$ 52.479,52 | 0,14% |
| INSS sobre pessoal administrativo | R$ 15.387,68 | R$ 15.387,83 | R$ 19.510,03 | R$ 50.285,54 | 0,13% |
| Serviços de terceiros - pessoa jurídica | R$ 25.626,00 | R$ 27.340,00 | R$ 33.608,54 | R$ 86.574,54 | 0,22% |
| Locação de softwares | R$ 4.500,00 | R$ 34.026,00 | R$ 4.150,00 | R$ 42.676,00 | 0,11% |
| Jetons de conselheiros | R$ 13.778,50 | R$ 10.941,75 | R$ 11.347,00 | R$ 36.067,25 | 0,09% |
| Serviços de energia elétrica | R$ 2.880,31 | R$ 2.937,77 | R$ 3.403,27 | R$ 9.221,35 | 0,02% |
| Locação de veículos | - | R$ 5.780,00 | R$ 2.890,00 | R$ 8.670,00 | 0,02% |
| Gêneros de alimentação | R$ 3.676,00 | - | - | R$ 3.676,00 | 0,01% |
| Passagens nacionais | R$ 2.738,54 | R$ 702,35 | - | R$ 3.440,89 | 0,01% |
| Outros materiais de consumo | - | - | R$ 1.576,00 | R$ 1.576,00 | < 0,01% |

| Natureza da despesa | Abril | Maio | Junho | Total 2º Tri | % do total |
|---|---|---|---|---|---|
| Combustíveis e lubrificantes | R$ 273,79 | R$ 994,18 | - | R$ 1.267,97 | < 0,01% |
| Serviços bancários | R$ 312,58 | R$ 294,03 | R$ 559,73 | R$ 1.166,34 | < 0,01% |
| Internet e telecomunicações | R$ 159,99 | - | R$ 959,94 | R$ 1.119,93 | < 0,01% |
| Serviços de água e esgoto | R$ 319,98 | - | R$ 656,95 | R$ 976,93 | < 0,01% |
| Suprimentos de informática | - | - | R$ 600,00 | R$ 600,00 | < 0,01% |
| **TOTAL DAS DESPESAS PAGAS** | **R$ 10.949.483,18** | **R$ 11.186.110,14** | **R$ 16.495.748,75** | **R$ 38.631.342,07** | **100,00%** |

**Nota**: participações que, pelo arredondamento a duas casas decimais, resultariam em 0,00% são apresentadas como "**< 0,01%**".

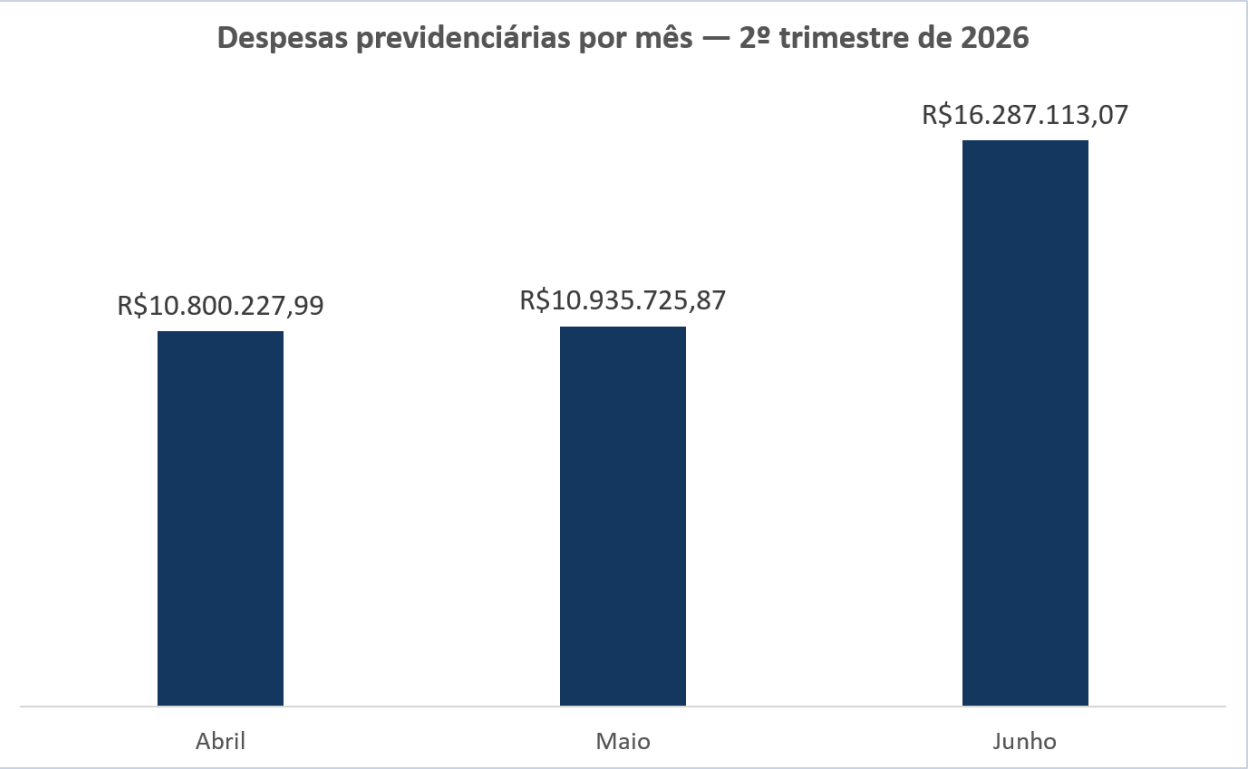
**Fonte:** elaboração própria a partir dos demonstrativos contábeis e financeiros do período e do Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026. O total da tabela inclui R$ 319,98 de Restos a Pagar processados de 2025, conciliados separadamente no Quadro 5.

**Gráfico 5 -** Composição das despesas pagas por mês no 2º trimestre de 2026




**Fonte:** elaboração própria a partir dos demonstrativos contábeis e financeiros do período e do Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026.

**Gráfico 6 -** Composição das despesas previdenciárias pagas por mês no 2º trimestre de 2026




**Fonte:** elaboração própria a partir dos demonstrativos contábeis e financeiros do período e do Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026.

## 7.4 Taxa de administração e custeio administrativo

Os demonstrativos mensais de Movimentos de Pagamento da atividade de gerenciamento e manutenção, custeada pela fonte "Recurso vinculado ao RPPS – Taxa de Administração", registram **R$ 149.095,20** em abril, **R$ 250.384,27** em maio e **R$ 208.475,69** em junho, totalizando **R$ 607.955,16** em despesas pagas do exercício de 2026.

Além das despesas pagas do próprio exercício, o Relatório de Controle Interno registrou **R$ 319,98** em Restos a Pagar processados de 2025 pagos no 2º trimestre, referentes a serviços de tecnologia da informação e comunicação, sendo **R$ 159,99** em abril e **R$ 159,99** em junho. Considerados esses pagamentos, o total desembolsado com recursos da Taxa de Administração no trimestre alcançou **R$ 608.275,14**.

Segundo o Relatório de Controle Interno, a base de cálculo utilizada para o exercício de 2026 foi de **R$ 476.011.316,67**, com percentual de **1,00%** e limite anual da Taxa de Administração de **R$ 4.760.113,17**. As despesas pagas do exercício no 2º trimestre corresponderam a aproximadamente **12,77%** desse limite; considerados também os Restos a Pagar de 2025, o percentual alcançou aproximadamente **12,78%**.

No total desembolsado no trimestre, vencimentos e salários somaram **R$ 276.022,24**, correspondentes a **45,38%**; serviços de terceiros – pessoa jurídica, **R$ 86.574,54** (**14,23%**); pessoal requisitado de outros órgãos, **R$ 52.479,52** (**8,63%**); contribuições ao INSS sobre pessoal administrativo, **R$ 50.285,54** (**8,27%**); locação de softwares, **R$ 42.676,00** (**7,02%**);

jetons de conselheiros, **R$ 36.067,25** (**5,93%**); e contratação de pessoal temporário, **R$ 32.454,64** (**5,34%**). As demais despesas compreenderam energia elétrica, locação de veículos, alimentação, passagens, materiais de consumo, combustíveis, serviços bancários, internet e telecomunicações, água e esgoto e suprimentos de informática.

**Tabela 7** - Despesas pagas com recursos da Taxa de Administração no 2º trimestre de 2026

| Natureza da despesa | Abril | Maio | Junho | Total 2º Tri | % do total da taxa |
|---|---|---|---|---|---|
| Vencimentos e salários | R$ 73.601,82 | R$ 88.200,84 | R$ 114.219,58 | R$ 276.022,24 | 45,38% |
| Serviços de terceiros - pessoa jurídica | R$ 25.626,00 | R$ 27.340,00 | R$ 33.608,54 | R$ 86.574,54 | 14,23% |
| Pessoal requisitado de outros órgãos | - | R$ 52.479,52 | - | R$ 52.479,52 | 8,63% |
| INSS sobre pessoal administrativo | R$ 15.387,68 | R$ 15.387,83 | R$ 19.510,03 | R$ 50.285,54 | 8,27% |
| Locação de softwares | R$ 4.500,00 | R$ 34.026,00 | R$ 4.150,00 | R$ 42.676,00 | 7,02% |
| Jetons de conselheiros | R$ 13.778,50 | R$ 10.941,75 | R$ 11.347,00 | R$ 36.067,25 | 5,93% |
| Contratação de pessoal temporário | R$ 6.000,00 | R$ 11.300,00 | R$ 15.154,64 | R$ 32.454,64 | 5,34% |
| Serviços de energia elétrica | R$ 2.880,31 | R$ 2.937,77 | R$ 3.403,27 | R$ 9.221,35 | 1,52% |
| Locação de veículos | - | R$ 5.780,00 | R$ 2.890,00 | R$ 8.670,00 | 1,43% |
| Gêneros de alimentação | R$ 3.676,00 | - | - | R$ 3.676,00 | 0,60% |
| Passagens nacionais | R$ 2.738,54 | R$ 702,35 | - | R$ 3.440,89 | 0,57% |
| Outros materiais de consumo | - | - | R$ 1.576,00 | R$ 1.576,00 | 0,26% |
| Combustíveis e lubrificantes | R$ 273,79 | R$ 994,18 | - | R$ 1.267,97 | 0,21% |
| Serviços bancários | R$ 312,58 | R$ 294,03 | R$ 559,73 | R$ 1.166,34 | 0,19% |
| Internet e telecomunicações | R$ 159,99 | - | R$ 959,94 | R$ 1.119,93 | 0,18% |
| Serviços de água e esgoto | R$ 319,98 | - | R$ 656,95 | R$ 976,93 | 0,16% |
| Suprimentos de informática | - | - | R$ 600,00 | R$ 600,00 | 0,10% |
| **TOTAL PAGO COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO** | **R$ 149.255,19** | **R$ 250.384,27** | **R$ 208.635,68** | **R$ 608.275,14** | **100,00%** |

**Fonte**: elaboração própria a partir dos demonstrativos mensais de Movimentos de Pagamento de abril, maio e junho de 2026 e do Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026. Os valores incluem R$ 319,98 de Restos a Pagar processados de 2025 pagos no período.

# 8. Situação atuarial, custeio e contribuições previdenciárias

A gestão atuarial e o custeio previdenciário exigem acompanhamento permanente da avaliação atuarial, do plano de custeio, das bases cadastrais, dos demonstrativos previdenciários, das contribuições, dos aportes e dos parcelamentos. No 2º trimestre de 2026, a análise considerou a Reavaliação Atuarial de 2026, o DRAA, o DIPR, os registros de arrecadação e os documentos de acompanhamento do custeio disponíveis para o período.

Os dados desta seção são apresentados conforme a natureza de cada fonte, preservando-se a distinção entre valores apurados por competência e ingressos reconhecidos na execução orçamentária.

Esses dados também permitem acompanhar a execução e os principais componentes do custeio previdenciário no período, sem substituir a avaliação atuarial ou os demonstrativos oficiais próprios do RPPS. Eventuais limitações documentais são registradas especificamente nos respectivos subitens.

## 8.1 Atuação e documentação atuarial no trimestre

No 2º trimestre de 2026, a Reavaliação Atuarial de 2026, com data focal em 31 de dezembro de 2025, permaneceu em processo de revisão técnica e institucional. Em 2 de junho, foi encaminhada internamente, aos setores interessados, a terceira versão do estudo, acompanhada do relatório de elaboração, para conhecimento e apreciação das instâncias competentes. Ao longo do mês, novas peças e esclarecimentos foram solicitados à assessoria atuarial, sem deliberação conclusiva sobre o mérito dos cenários no período.

Em 19 de junho, foi emitido o **Ofício nº 686/2026/PREVIJUNO**, solicitando a atualização e a disponibilização da versão final da reavaliação à Assessoria Atuarial, permanecendo o tema em acompanhamento no encerramento do trimestre.

Quanto aos demonstrativos previdenciários, o Relatório de Controle Interno registra a transmissão do DRAA em 15 de abril de 2026, após o prazo de 31 de março. Quanto ao DIPR do 1º bimestre, os documentos solicitados para verificar sua elaboração e transmissão não estavam disponíveis para análise até o encerramento do Relatório de Controle Interno, mantendo-se a análise pendente de complementação documental.

### 8.1.1 Atualização documental posterior ao trimestre

Como fato posterior ao trimestre, em 1º de julho de 2026 foi registrada a recepção e o encaminhamento da versão final da Reavaliação Atuarial de 2026, com data focal em 31 de dezembro de 2025.

O recebimento da versão final não equivale, por si só, à aprovação institucional dos cenários ou à conclusão das providências administrativas correlatas. A apreciação institucional dos cenários e as demais providências correlatas permanecem em acompanhamento e terão sua evolução registrada, quando documentalmente consolidada, no Relatório de Governança Corporativa do 3º trimestre de 2026.

**Quadro 6 -** Situação atuarial e documental relacionada ao custeio

| Tema | Situação em 30/06/2026 | Fato posterior / acompanhamento |
|---|---|---|
| Reavaliação Atuarial 2026 | Em revisão técnica no encerramento do trimestre, com circulação de versões preliminares e expedição do Ofício nº 686/2026/PREVIJUNO, de 19/06/2026. | Versão final encaminhada pela assessoria atuarial em 01/07/2026; desdobramentos administrativos permanecem em acompanhamento. |
| DRAA | Segundo o Controle Interno, o DRAA foi transmitido em 15/04/2026, após o prazo de 31/03/2026 indicado na fonte. | A transmissão consta do Relatório de Controle Interno; a regularidade do demonstrativo não foi objeto de conclusão específica nesta edição. |
| DIPR | A comprovação documental do DIPR do 1º bimestre não foi disponibilizada ao Controle Interno na consolidação do período. | A análise permaneceu pendente de complementação documental. |
| Aportes para equacionamento | R$ 120.327,66 recebidos do Poder Legislativo; sem ingresso de aportes do Executivo no trimestre, conforme o Controle Interno. | Regularização dos aportes do Executivo permanece em acompanhamento. |

**Fonte**: Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026 e documentação atuarial citada nesta seção. O quadro registra a situação documental e não constitui conclusão autônoma sobre regularidade ou equilíbrio atuarial.

## 8.2 Contribuições previdenciárias

Os valores contábeis apresentados nesta seção refletem as rubricas de arrecadação registradas no período. A Tabela 8 reproduz, por sua vez, a consolidação por competência constante do Relatório Informativo de Contribuições Previdenciárias. Em razão das diferenças de perímetro e de momento de reconhecimento, os dois conjuntos de valores não são diretamente comparáveis sem conciliação específica.

As contribuições dos segurados registradas nas rubricas correntes totalizaram **R$ 10.989.492,94**, enquanto as contribuições patronais correntes somaram **R$ 11.278.191,80**. Foram registrados, adicionalmente, **R$ 8.179,17** em multas e juros sobre obrigação patronal. O fluxo de arrecadação deve ser interpretado considerando que valores referentes a determinadas competências podem ser arrecadados em períodos subsequentes.

**Tabela 8 -** Contribuições previdenciárias consolidadas por competência no 2º trimestre de 2026

| Competência | Base contributiva consolidada | Contribuição patronal devida/recolhida | Contribuição dos segurados devida/recolhida | Total de contribuições |
|---|---|---|---|---|
| Abril/2026 | R$ 24.842.969,78 | R$ 3.542.607,49 | R$ 3.305.705,59 | R$ 6.848.313,08 |
| Maio/2026 | R$ 25.103.936,45 | R$ 3.765.590,45 | R$ 3.340.148,67 | R$ 7.105.739,12 |
| Junho/2026 | R$ 24.957.462,20 | R$ 3.743.619,33 | R$ 3.324.326,78 | R$ 7.067.946,11 |
| **Total 2T/2026** | **R$ 74.904.368,43** | **R$ 11.051.817,27** | **R$ 9.970.181,04** | **R$ 21.021.998,31** |

**Fonte**: Relatório Informativo de Contribuições Previdenciárias.

## 8.3 Acordos e parcelamentos CADPREV

Os valores arrecadados relativos aos acordos e parcelamentos CADPREV acompanhados no 2º trimestre totalizaram R$ 818.801,16, distribuídos entre os Acordos nº 01352/2017, no valor de R$ 96.293,67; nº 01353/2017, de R$ 309.849,86; nº 01548/2017, de R$ 379.938,81; e nº 01841/2017, de R$ 32.718,82. A distribuição mensal por acordo é apresentada na Tabela 9.

**Tabela 9 -** Valores arrecadados dos acordos e parcelamentos CADPREV no 2º trimestre de 2026

| Acordo CADPREV | Abril/2026 | Maio/2026 | Junho/2026 | Total 2T/2026 |
|---|---|---|---|---|
| 01352/2017 | R$ 31.788,09 | R$ 32.106,34 | R$ 32.399,24 | R$ 96.293,67 |
| 01353/2017 | R$ 102.286,45 | R$ 103.310,48 | R$ 104.252,93 | R$ 309.849,86 |
| 01548/2017 | R$ 125.421,28 | R$ 126.679,66 | R$ 127.837,87 | R$ 379.938,81 |
| 01841/2017 | R$ 10.800,60 | R$ 10.909,40 | R$ 11.008,82 | R$ 32.718,82 |
| **Total** | **R$ 270.296,42** | **R$ 273.005,88** | **R$ 275.498,86** | **R$ 818.801,16** |

**Fonte**: Relatório Informativo de Parcelamentos - PREVIJUNO. Valores consolidados por acordo e competência.

## 8.4 Arrecadação orçamentária de contribuições e aportes

A arrecadação orçamentária das contribuições previdenciárias correntes totalizou **R$ 22.267.684,74** no 2º trimestre de 2026. Desse total, **R$ 10.989.492,94** corresponderam às contribuições dos segurados e **R$ 11.278.191,80** às contribuições patronais correntes. As multas e os juros sobre obrigação patronal, no valor de **R$ 8.179,17**, permanecem apresentados separadamente na composição das receitas da Seção 7.2 e não integram os totais desta subseção.

Em abril, as contribuições previdenciárias correntes arrecadadas somaram **R$ 7.371.734,21**; em maio, **R$ 7.166.955,63**; e, em junho, **R$ 7.728.994,90**. A distribuição mensal e por natureza é apresentada na Tabela 10.

Quanto aos aportes para amortização do déficit atuarial, foram registrados **R$ 120.327,66** no trimestre, integralmente provenientes do Poder Legislativo, com **R$ 40.109,22** arrecadados em cada mês.

Não houve ingresso de aportes do Poder Executivo no 2º trimestre. Essa ausência permanece registrada entre os pontos de acompanhamento do custeio previdenciário. A Tabela 11 apresenta os valores efetivamente arrecadados no período, sem confundi-los com valores devidos ou esperados.

**Tabela 10 -** Arrecadação orçamentária de contribuições previdenciárias no 2º trimestre de 2026

| Natureza do ingresso | Abril | Maio | Junho | Total 2º trimestre |
|---|---|---|---|---|
| **Contribuições dos segurados** | | | | |
| Contribuição de servidores ativos (Executivo) | R$ 3.382.924,01 | R$ 3.293.370,47 | R$ 3.486.436,61 | R$ 10.162.731,09 |
| Contribuição de servidores ativos (Legislativo) | R$ 72.074,16 | R$ 69.697,30 | R$ 69.740,36 | R$ 211.511,82 |
| Contribuição de servidores cedidos ou licenciados | R$ 3.118,61 | R$ 3.020,00 | R$ 4.181,43 | R$ 10.320,04 |
| Contribuição de servidores inativos | R$ 195.574,46 | R$ 201.088,32 | R$ 198.622,30 | R$ 595.285,08 |
| Contribuição de pensionistas | R$ 7.941,07 | R$ 851,92 | R$ 851,92 | R$ 9.644,91 |
| **Subtotal das contribuições dos segurados** | **R$ 3.661.632,31** | **R$ 3.568.028,01** | **R$ 3.759.832,62** | **R$ 10.989.492,94** |
| **Contribuições patronais** | | | | |
| Contribuição patronal (Executivo) | R$ 3.638.102,20 | R$ 3.529.030,80 | R$ 3.895.592,13 | R$ 11.062.725,13 |
| Contribuição patronal (Legislativo) | R$ 71.999,70 | R$ 69.896,82 | R$ 73.570,15 | R$ 215.466,67 |
| Contribuição patronal - servidores cedidos | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| **Subtotal das contribuições patronais** | **R$ 3.710.101,90** | **R$ 3.598.927,62** | **R$ 3.969.162,28** | **R$ 11.278.191,80** |
| **Total das contribuições previdenciárias correntes** | **R$ 7.371.734,21** | **R$ 7.166.955,63** | **R$ 7.728.994,90** | **R$ 22.267.684,74** |

**Fonte:** elaboração própria a partir dos demonstrativos contábeis e financeiros do período.

**Tabela 11 -** Arrecadação orçamentária de aportes no 2º trimestre de 2026

| Natureza do ingresso | Abril | Maio | Junho | Total 2º trimestre |
|---|---|---|---|---|
| Aporte para amortização do déficit atuarial do Poder Executivo | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | **R$ 0,00** |
| Aporte para amortização do déficit atuarial do Poder Legislativo | R$ 40.109,22 | R$ 40.109,22 | R$ 40.109,22 | R$ 120.327,66 |

**Fonte:** elaboração própria a partir dos demonstrativos contábeis e financeiros do período.

## 9. Gestão de investimentos

A posição consolidada dos investimentos foi de **R$ 466.112.833,36** em abril, **R$ 469.912.897,98** em maio e **R$ 465.429.994,13** em junho. Em relação a 31 de março de 2026, houve crescimento de 0,78%.

Em 30 de junho, os ativos de investimento estavam distribuídos em 87,66% de renda fixa, 3,95% de renda variável, 7,79% de investimentos estruturados e 0,59% de fundos imobiliários.

O resultado monetário do trimestre foi positivo em **R$ 18.421.437,39**, com rentabilidade acumulada de **4,03%**. No trimestre, as aplicações totalizaram **R$ 45.680.293,94** e os resgates **R$ 52.397.627,09**, conforme o Relatório de Investimentos do 2º trimestre de 2026. Segundo o Relatório Semestral de Diligências, no primeiro semestre de 2026 o resultado financeiro alcançou **R$ 31.470.914,96** e a rentabilidade acumulada foi de 7,02%, em comparação com a taxa aproximada do CDI, de 6,84%, no mesmo período.

O Relatório Semestral de Diligências registrou desenquadramentos decorrentes do encerramento da certificação institucional do Pró-Gestão em 19 de maio de 2026. Foram recomendados o monitoramento dos ativos, a vedação de novas aplicações que ampliem os desenquadramentos e a priorização da nova certificação.

Os Demonstrativos das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR), referentes às competências de janeiro a junho de 2026, foram transmitidos fora do prazo. Segundo o Relatório de Controle Interno, as competências de maio e junho receberam notificações no CADPREV relacionadas ao nível de certificação institucional. Como fato posterior ao trimestre, também foi registrada notificação referente à competência de julho. Na data do Relatório de Controle Interno, a competência de junho permanecia aguardando resposta.

**Tabela 12 -** Síntese dos investimentos no 2º trimestre de 2026

| Indicador | Dado do período |
|---|---|
| Data-base | 30/06/2026 |
| Posição consolidada | R$ 465.429.994,13 |
| Variação da posição desde 31/03/2026 | +R$ 3.588.805,58 (+0,78%) |
| Resultado monetário do trimestre | R$ 18.421.437,39 |
| Rentabilidade acumulada no trimestre | 4,03% |
| Aplicações no trimestre | R$ 45.680.293,94 |
| Resgates no trimestre | R$ 52.397.627,09 |
| APRs emitidas/registradas no trimestre | 79 |

**Fonte**: elaboração própria a partir dos Relatórios de Investimentos de abril, maio e junho de 2026, do Relatório de Investimentos do 2º trimestre de 2026 e da base gerencial consolidada.

**Tabela 13 -** Composição da carteira de investimentos por segmento em 30/06/2026

| Segmento | Valor | Participação nos ativos de investimento |
|---|---|---|
| Renda fixa | R$ 407.876.533,25 | 87,66% |
| Renda variável | R$ 18.385.751,25 | 3,95% |
| Investimentos estruturados | R$ 36.252.305,83 | 7,79% |
| Fundos imobiliários | R$ 2.757.034,12 | 0,59% |
| Total dos ativos de investimento | R$ 465.271.624,45 | 100,00% |
| Disponibilidades financeiras | R$ 158.369,68 | - |
| **Total consolidado** | **R$ 465.429.994,13** | **-** |

**Fonte**: Relatório de Investimentos - 2º trimestre de 2026 - PREVIJUNO.

**Nota**: os percentuais por segmento têm como base os ativos de investimento, no total de **R$ 465.271.624,4**5, sem as disponibilidades financeiras de **R$ 158.369,68**. O total consolidado em 30/06/2026 é de **R$ 465.429.994,13**.

## 10. Órgãos colegiados e outras instâncias de governança

As cinco instâncias com reuniões documentadas realizaram 34 reuniões no trimestre: 13 da Diretoria Executiva, 6 do Conselho Deliberativo, 6 do Conselho Fiscal, 6 do Comitê de Investimentos e 3 do Comitê de Segurança da Informação.

A Diretoria Executiva realizou 5 reuniões em abril, 5 em maio e 3 em junho. Os Conselhos Deliberativo e Fiscal e o Comitê de Investimentos realizaram 2 reuniões por mês. O Comitê de Segurança da Informação reuniu-se nos dias 7, 14 e 18 de maio.

As reuniões trataram de matérias relacionadas à gestão do período. As decisões destacadas a seguir são apresentadas somente quando registradas nas atas consultadas.

**Tabela 14 -** Reuniões documentadas das instâncias de governança no 2º trimestre de 2026

| Instância | Abril | Maio | Junho | Total 2T/2026 |
|---|---|---|---|---|
| Diretoria Executiva | 5 | 5 | 3 | 13 |
| Conselho Deliberativo | 2 | 2 | 2 | 6 |
| Conselho Fiscal | 2 | 2 | 2 | 6 |
| Comitê de Investimentos | 2 | 2 | 2 | 6 |
| Comitê de Segurança da Informação (CSI) | 0 | 3 | 0 | 3 |
| **Total** | **11** | **14** | **9** | **34** |

**Fonte**: atas e registros institucionais do período, consolidados no Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026. A tabela apresenta apenas reuniões documentalmente identificadas, sem presumir deliberações não registradas.

## 10.1 Atuação da Diretoria Executiva no trimestre

No trimestre, a Diretoria Executiva concentrou sua atuação em fluxos administrativos, benefícios, contratos, sistemas, gestão documental e assuntos atuariais. Entre as decisões registradas, aprovou diretrizes para o uso dos e-mails corporativos, com definição de regras para criação, uso e responsabilidade das contas institucionais. Em junho, encaminhou ajustes nos procedimentos de averiguação de irregularidades e de aposentadoria compulsória, aprovou os relatórios anuais de 2025 do Controle Interno e do Conselho Fiscal e deliberou pela adoção de providências sobre gestão contratual. Quanto à Reavaliação Atuarial de 2026, decidiu solicitar novas peças e justificativas à assessoria atuarial, sem deliberação sobre o mérito do estudo.

## 10.2 Atuação do Conselho Deliberativo no trimestre

O Conselho Deliberativo acompanhou matérias relacionadas à prestação de contas, investimentos, aportes financeiros, balancetes e Reavaliação Atuarial. Em 15 de abril, aprovou com ressalva o parecer sobre o Plano de Capacitação de 2026 e, ao apreciar os demonstrativos financeiros, determinou cobranças formais e acompanhamento mensal dos aportes em atraso.

Na mesma reunião, solicitou justificativa formal para o atraso da Reavaliação Atuarial e desaprovou o relatório fiscal referente a julho de 2025, com encaminhamento de consultas sobre a legalidade dos pagamentos analisados. Em 20 de maio, aprovou o parecer favorável sobre os demonstrativos de novembro de 2025 e aprovou por unanimidade a versão final do Regimento Interno do CONDEL. Em 17 de junho, aprovou o parecer referente aos demonstrativos de outubro de 2025 com ressalva relacionada às providências sobre aportes e solicitou esclarecimentos sobre ocorrências apontadas no relatório de investimentos de janeiro de 2026 e possíveis medidas de regularização.

## 10.3 Atuação do Conselho Fiscal no trimestre

Durante o trimestre, o Conselho Fiscal analisou balancetes e demonstrativos financeiros, registros de aplicações e resgates, relatórios mensais de investimentos e informações sobre a carteira. Também elaborou pareceres sobre a Execução da Política de Investimentos de 2025, o Relatório Anual de Diligências e Prestação de Contas do Comitê de Investimentos, a Prestação de Contas de Gestão de 2025 e o Relatório Anual do Controle Interno. Os pareceres e demais documentos produzidos foram encaminhados às instâncias competentes para apreciação.

## 10.4 Atuação do Comitê de Investimentos no trimestre

O Comitê de Investimentos acompanhou a carteira, o cenário econômico, os relatórios mensais e trimestral de investimentos, estudos de realocação e processos de credenciamento e recredenciamento. No período, foram apreciados relatórios de março, abril e maio de 2026 e analisadas alternativas de investimento e realocação, inclusive mediante solicitação de pareceres técnicos. O Comitê também tratou de informações sobre credenciamentos e do Parecer SEI nº 76/2026/MPS.

### 10.5 Atuação do Comitê de Segurança da Informação no trimestre

O Comitê de Segurança da Informação realizou três reuniões em maio. As atividades concentraram-se na proposta de regulamentação da gestão documental, segurança da informação e infraestrutura, sistemas corporativos, Política de Segurança da Informação, padronização de procedimentos e capacitação. Os registros do período também indicam acompanhamento de temas relacionados ao SISPREV e à organização dos controles de tecnologia e gestão documental.

## 11. Atividades institucionais e planejamento

Foram realizados 2 eventos de capacitação no trimestre, ambos em abril: “Política de Segurança da Informação e Responsabilidade do Servidor”, em 17 de abril, e “Ética, Responsabilidade e Boas Práticas na Gestão do RPPS”, em 30 de abril. A documentação consultada registra a participação dos servidores do PREVIJUNO. Essas ações integram o conjunto de iniciativas institucionais desenvolvidas no período nas áreas de segurança da informação, ética e boas práticas de gestão do RPPS.

Não houve despesas com inscrições, diárias ou passagens relacionadas a essas capacitações. O Planejamento Estratégico 2026–2030 permaneceu como referência institucional para o planejamento, a governança e o acompanhamento das atividades desenvolvidas ao longo do exercício.

## 12. Gestão administrativa, pessoas, patrimônio e controles

Ao final do 2º trimestre foram registrados 25 servidores no quadro do PREVIJUNO. Permanecem como pontos de acompanhamento a apresentação do inventário patrimonial atualizado, a conciliação dos bens, a padronização do almoxarifado e a organização dos documentos de fiscalização contratual.

As recomendações administrativas concentram-se em controles de guarda, identificação de responsáveis, padronização documental, conciliações periódicas e comprovação da execução contratual.

## 13. Controle interno, jurídico e conformidade

O Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026 examinou as áreas administrativa, financeira, previdenciária, atuarial, contábil, de investimentos, tecnologia, governança, transparência e educação previdenciária.

Foram consolidados 21 itens no quadro de achados e recomendações do Relatório de Controle Interno. Entre os temas sintetizados no relatório estão: situação do CRP; DCTFWeb e eSocial; patrimônio e almoxarifado; fiscalização contratual; concentração de requerimentos por incapacidade; ausência de aportes do Executivo; pendências atuariais; remessa de atos ao TCE; credenciamentos e investimentos; DAIR; informações jurídicas; transparência e certificação profissional.

O Relatório de Controle Interno organiza as recomendações por item, unidade responsável, providência, prazo, evidência e situação. O detalhamento integral consta do

relatório próprio, enquanto esta edição apresenta uma síntese dos temas selecionados para acompanhamento gerencial.

## 14. Gestão previdenciária

Foram recebidos 91 requerimentos de benefícios: 88 de aposentadoria (59 em abril, 15 em maio e 14 em junho) e 3 de pensão por morte (1 em abril e 2 em junho). Por espécie, houve 16 pedidos de aposentadoria por tempo de contribuição, 70 por incapacidade permanente e 2 por idade; **os pedidos por incapacidade representaram 76,92% dos 91 requerimentos recebidos no trimestre.**

Foram concedidas 45 aposentadorias (15 em abril, 16 em maio e 14 em junho) e 3 pensões, uma em cada mês. Foi registrado 1 indeferimento de aposentadoria, em maio.

O Controle Interno analisou amostra de 14 processos, composta por 13 aposentadorias e 1 pensão, e identificou necessidades de complementação documental, correção de registros e padronização da instrução.

Permaneciam pendentes de remessa ao TCE-CE processos de aposentadoria de setembro a dezembro de 2025 e de pensões de novembro e dezembro de 2025. Também permaneciam em apuração as providências decorrentes de 3 óbitos registrados no trimestre, sem conclusão, naquele momento, quanto à tempestividade da cessação dos benefícios e aos demais efeitos financeiros analisados pelo Controle Interno.

O valor informado para a compensação previdenciária foi de **R$ 2.238.461,41**: **R$ 639.315,48** em abril, **R$ 576.802,78** em maio e **R$ 1.022.343,15** em junho.

## 15. Atendimento, ouvidoria e relacionamento com segurados

O Relatório de Controle Interno consolidou 1.124 requerimentos e solicitações no trimestre. A base disponível nesta edição não permite distribuir esse total, com segurança, por canal de atendimento.

Foram registradas 8 manifestações de ouvidoria no trimestre. Também foram identificadas 6 ações diretamente relacionadas à educação e ao diálogo previdenciário: 3 ações de entrega de cartas de concessão acompanhadas de orientação financeira e 3 participações no programa Prefeitura nos Bairros.

## 16. Transparência, comunicação, TI e segurança da informação

Segundo o Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026, o checklist de transparência ativa avaliou 17 requisitos do Manual do Pró-Gestão: 10 foram classificados como em conformidade, 2 como em conformidade com atualização e 5 apresentaram desconformidade, desatualização ou inconsistência. As pendências concentraram-se no CRP, demonstrativos contábeis e da Taxa de Administração, homologação atuarial, credenciamentos e acesso aos acórdãos do TCE-CE; os DAIR estavam publicados, porém com atraso.

O Comitê de Segurança da Informação realizou 3 reuniões no trimestre, com pautas relacionadas à gestão documental, infraestrutura, sistemas corporativos, Política de Segurança da Informação, padronização e capacitação.

A atualização da transparência é atividade vinculada à DIBEN e atribuída a servidor. O acompanhamento da transparência considera o documento, a unidade produtora, a data de atualização, o link de publicação e a respectiva situação.

No eixo de tecnologia, foram registradas a implantação de ferramenta de consulta no portal e melhorias nos controles de segurança, monitoramento, sistemas corporativos e ferramentas internas de apoio à gestão.

## 17. Riscos institucionais, providências e pontos de atenção

Na data-base de 30 de junho, o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) judicial vigente havia sido emitido para o período de 18 de maio a 14 de novembro de 2026. Posteriormente, em 24 de julho de 2026, o documento foi cancelado em decorrência de decisão judicial, fato subsequente relevante para o acompanhamento da regularidade previdenciária.

Os principais riscos e frentes de acompanhamento são: ausência de aportes do Executivo; desdobramentos da Reavaliação Atuarial de 2026 e pendências documentais relacionadas ao DRAA e ao DIPR; atraso dos DAIR; vencimento da certificação Pró-Gestão; desenquadramentos passivos; remessas de benefícios ao TCE; atualização da transparência; inventário patrimonial; fiscalização contratual; e comprovação das ações estratégicas e de capacitação.

As pendências que não puderam ser documentalmente concluídas até a consolidação desta edição permanecerão em acompanhamento. As providências e fatos subsequentes serão incorporados ao Relatório de Governança Corporativa do 3º trimestre de 2026 somente após comprovação e validação documental.

## 18. Considerações finais

No 2º trimestre de 2026, o PREVIJUNO registrou diferença positiva entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias, crescimento da posição consolidada dos investimentos, concessão de 48 benefícios e realização documentada de 34 reuniões das principais instâncias de governança.

A carteira de investimentos encerrou o período em R$ 465,43 milhões, enquanto a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas orçamentárias foi positiva em R$ 5,26 milhões.

Permanecem como pontos de atenção a situação do CRP, as pendências atuariais e documentais, os aportes do Executivo, a tempestividade dos demonstrativos, a certificação institucional, a transparência e as providências recomendadas pelo Controle Interno. As matérias não concluídas nesta edição permanecerão em acompanhamento e serão registradas no Relatório de Governança Corporativa do 3º trimestre de 2026 após comprovação e validação documental.

JESUS ROGERIO DE HOLANDA:05174112372

Assinado de forma digital por JESUS ROGERIO DE HOLANDA:05174112372

## 19. Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Em especial, art. 40.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998**. Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal - Lei de Acesso à Informação. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. **Ministério da Previdência Social**. Manual do Pró-Gestão RPPS. Versão 4.2. Brasília, DF, 2026.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Previdência**. Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, e alterações aplicáveis. Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social.

BRASIL. **Ministério da Previdência Social. Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN 2026**. Política de Investimentos aprovada em 18 de dezembro de 2025; demonstrativo assinado em 27 de abril de 2026.

BRASIL. **Ministério da Previdência Social**. Demonstrativos das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR, competências de janeiro a junho de 2026. Registros do CADPREV utilizados para acompanhamento da tempestividade e das ocorrências documentadas no período.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025**. Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social. Vigência a partir de 2 de fevereiro de 2026.

JUAZEIRO DO NORTE. **Decreto nº 760, de 14 de julho de 2022**. Aprova a Política de Governança do PREVIJUNO. Juazeiro do Norte, 2022.

JUAZEIRO DO NORTE. **Decreto nº 821, de 15 de fevereiro de 2023**. Aprova o Regimento Interno do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE - PREVIJUNO. Juazeiro do Norte, 2023.

JUAZEIRO DO NORTE. **Decreto nº 1.043, de 20 de março de 2025**. Aprova a Política de Segurança da Informação do PREVIJUNO. Juazeiro do Norte, 2025.

JUAZEIRO DO NORTE. **Lei nº 5.317, de 9 de junho de 2022**. Altera a Lei Complementar Municipal nº 23/2007. Juazeiro do Norte, 2022.

JUAZEIRO DO NORTE. **Lei Complementar nº 23, de 25 de maio de 2007**. Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Juazeiro do Norte/CE e dá outras providências. Juazeiro do Norte, 2007.

JUAZEIRO DO NORTE. **Lei Complementar nº 137, de 15 de março de 2024**. Altera os arts. 70, 71, 73 e 73-A da Lei Complementar Municipal nº 23/2007. Juazeiro do Norte, 2024.

JUAZEIRO DO NORTE. **Lei Complementar nº 141, de 1º de abril de 2025**. Dispõe sobre a nova estrutura funcional da Administração Pública do Município de Juazeiro do Norte. Juazeiro do Norte, 2025.

PREVIJUNO. **Planejamento Estratégico 2026–2030. Juazeiro do Norte**: PREVIJUNO, 2026.

PREVIJUNO. **Política de Investimentos para o exercício de 2026**. Aprovada em 18 de dezembro de 2025. Juazeiro do Norte, 2025.

PREVIJUNO. **Portaria nº 01/2026/PREVIJUNO, de 12 de janeiro de 2026**. Homologa a composição do Comitê de Segurança da Informação - CSI do PREVIJUNO. Juazeiro do Norte, 2026.

PREVIJUNO. **Relatório de Governança Corporativa - 1º trimestre de 2026**. Juazeiro do Norte: PREVIJUNO, 2026. Utilizado como base de comparação e de continuidade de fatos.

PREVIJUNO. **Instrumento de Gestão - RGC PREVIJUNO - 2025–2026 - V3.3**. Base gerencial de consolidação, comparadores e rastreabilidade das fontes originárias. Juazeiro do Norte, 2026.

PREVIJUNO. **Relatório de Controle Interno - 2º trimestre de 2026**. Juazeiro do Norte: PREVIJUNO, 10 set. 2026. Documento assinado.

PREVIJUNO. **Demonstrativos contábeis e financeiros do 2º trimestre de 2026**. Conjunto documental de receitas, despesas, pagamentos, Restos a Pagar e despesas administrativas utilizado na consolidação das competências abril, maio e junho. Juazeiro do Norte, 2026.

PREVIJUNO. **Documentação técnica da Reavaliação Atuarial 2026, com data focal em 31 de dezembro de 2025**. Conjunto de documentos e versões produzidos durante a instrução no 2º trimestre de 2026; versão final encaminhada pela assessoria atuarial em 1º de julho de 2026, tratada neste relatório como fato posterior ao trimestre.

PREVIJUNO. **Ofício nº 686/2026/PREVIJUNO, de 19 de junho de 2026**. Solicitação de atualização e disponibilização da versão final da Reavaliação Atuarial 2026. Juazeiro do Norte, 2026.

PREVIJUNO. **Memorando nº 000006/2026-GEARQ/DIBEN/PREVIJUNO, de 10 de junho de 2026**. Informações sobre gestão documental, arquivo e digitalização. Juazeiro do Norte, 2026.

PREVIJUNO. **Memorando nº 33/2026/COTEC/DIBEN/PREVIJUNO, de 25 de junho de 2026**. Informações sobre tecnologia da informação, controles de atendimento e segurança da informação. Juazeiro do Norte, 2026.

PREVIJUNO. **Memorando nº 46/2026-DIREX/PREVIJUNO, de 26 de junho de 2026**. Saneamento de processos de contratação, comprovação da execução contratual e aperfeiçoamento dos controles de liquidação e pagamento. Juazeiro do Norte, 2026.

PREVIJUNO. **Atas das reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, do Comitê de Investimentos e do Comitê de Segurança da Informação realizadas entre abril e junho de 2026**. Juazeiro do Norte, 2026.

PREVIJUNO. **Relatório Informativo de Contribuições Previdenciárias - PREVIJUNO**. Consolidação por competência da Prefeitura e da Câmara utilizada na Seção 8. Juazeiro do Norte, 2026.

PREVIJUNO. **Relatório Informativo de Parcelamentos - PREVIJUNO**. Valores dos acordos CADPREV utilizados na Seção 8. Juazeiro do Norte, 2026.

PREVIJUNO. **Relatórios mensais de investimentos - abril, maio e junho de 2026**. Juazeiro do Norte: PREVIJUNO, 2026.

PREVIJUNO. **Relatório de Investimentos - 2º trimestre de 2026**. Juazeiro do Norte: PREVIJUNO, 2026.

PREVIJUNO. **Relatório Semestral de Diligências dos Investimentos - janeiro a junho de 2026**. Juazeiro do Norte: PREVIJUNO, 2026.

PREVIJUNO. **Checklist de Transparência Ativa - PREVIJUNO**. Base de acompanhamento utilizada em conjunto com o Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026. Juazeiro do Norte, 2026.

# Apêndice A - Matriz de objetos de acompanhamento e fontes documentais

Este apêndice consolida, por eixo, os objetos de acompanhamento, as evidências documentais, a finalidade de uso e a unidade responsável pela informação. Não constitui inventário exaustivo da documentação institucional; a identificação nominal, a competência, a data, a versão e a situação das principais fontes constam da Seção 19 e dos registros documentais correspondentes.

As evidências seguem as categorias metodológicas: dado comprovado documentalmente; dado extraído de planilha ou base tabular; dado informado pela unidade responsável; evidência de transparência ativa; inferência técnica expressamente identificada; pendência documental; ou resposta setorial incompleta, quando informação ou documento formalmente solicitado não tiver sido disponibilizado integralmente.

**Quadro A1 - Matriz de objetos de acompanhamento e fontes documentais**

| Área | Objeto de acompanhamento | Evidência documental | Finalidade |
|---|---|---|---|
| Contabilidade; Finanças. | Receitas, despesas orçamentárias, Restos a Pagar, pagamentos totais, resultados, competência, anulações, classificação e conciliações. | Demonstrativos contábeis e financeiros do período, registros de pagamentos e Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026. | Consistência dos valores financeiros apresentados. |
| Investimentos; COMIN. | Relatório de investimentos, extratos, APRs, DAIR, DPIN, carteira, liquidez, riscos, enquadramento, credenciamentos e conciliação das informações públicas do CADPREV. | Relatórios mensais de investimentos de abril, maio e junho de 2026; Relatório de Investimentos do 2º trimestre de 2026; Relatório Semestral de Diligências; APRs e registros do DAIR/DPIN e do CADPREV aplicáveis ao período; processos de credenciamento e atas do Comitê de Investimentos. | Rastreabilidade da carteira, situação documental dos DAIR, conciliação do CADPREV e acompanhamento dos credenciamentos. |
| RH; Benefícios; COMPREV. | Segurados ativos, aposentados, pensionistas, registros de folha, benefícios concedidos, remessas ao TCE, acompanhamento de óbitos e dados do COMPREV. | Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026; informações e demonstrativos encaminhados pelas unidades de atendimento, recursos humanos e benefícios; documentos de concessão e indeferimento de benefícios; e registros de compensação previdenciária identificados nas respectivas seções. | Rastreabilidade dos quantitativos, dos conceitos de pessoa, vínculo, benefício e registro de folha e da classificação dos valores do COMPREV. |

| Área | Objeto de acompanhamento | Evidência documental | Finalidade |
|---|---|---|---|
| Atuarial. | Reavaliação Atuarial de 2026, Estudo de Aderência, DRAA, DIPR, plano de custeio, aportes, amortização e memória de cálculo. | Documentação técnica da Reavaliação Atuarial 2026, com data focal em 31/12/2025, versões e comunicações produzidas durante sua instrução, Ofício nº 686/2026/PREVIJUNO e encaminhamento da versão final pela assessoria atuarial em 01/07/2026, como fato posterior ao trimestre; Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026; Relatório Informativo de Contribuições Previdenciárias - PREVIJUNO; e Relatório Informativo de Parcelamentos - PREVIJUNO. DRAA, DIPR. | Registro das fontes atuariais incorporadas, dos prazos informados e das medidas de equacionamento acompanhadas no período. |
| Controle Interno. | Relatório próprio do 2º trimestre, achados, recomendações, pontos de atenção e providências acompanhadas. | Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026, datado de 10/09/2026, documento assinado, e documentos de suporte nele identificados. | Rastreabilidade da síntese setorial sem substituição do relatório próprio de Controle Interno. |
| Jurídico. | Pareceres, processos judiciais, diligências, consultas e respostas institucionais relacionadas ao período. | Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026 e informações/documentos da Assessoria Jurídica e Previdenciária identificados nas respectivas seções. | Rastreabilidade dos quantitativos e do acompanhamento das demandas, sem exposição de dados processuais individualizados. |
| Ouvidoria; Atendimento. | Consolidação dos 1.124 requerimentos e solicitações, tipologia das demandas, 8 manifestações de ouvidoria e ações de diálogo e pós-aposentadoria, observadas as ressalvas de classificação registradas nesta edição. | Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026 e informações agregadas da GERAT e da Ouvidoria utilizadas nesta edição. | Rastreabilidade dos indicadores de atendimento e das ações de relacionamento, sem exposição de dados pessoais. |
| Transparência; Comunicação. | Checklist de transparência, atualização do RGC, publicações contábeis, decisões do TCE e correção das informações públicas relacionadas ao DAIR/CADPREV. | Checklist institucional, portal, registros de publicação, evidências de atualização e Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026. | Comprovação da correção das inconsistências, das datas de atualização e da manutenção periódica dos itens de transparência. |

| Área | Objeto de acompanhamento | Evidência documental | Finalidade |
|---|---|---|---|
| TI;<br>Segurança;<br>LGPD. | Ferramenta de consulta de vínculos, atualizações do portal, treinamento em segurança da informação, registros de manutenção, controles de acesso e proteção de dados. | Memo. nº 33/2026/COTEC/DIBEN/PREVIJUNO, de 25/06/2026; Portaria nº 01/2026/PREVIJUNO; Política de Segurança da Informação; atas do Comitê de Segurança da Informação pertinentes ao 2º trimestre de 2026; e Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026. | Registro da execução documentada dos controles e das rotinas de manutenção, sem divulgação de vulnerabilidades, acessos, configurações ou dados pessoais. |
| Instâncias de governança. | Datas, tipo de reunião, presenças, pautas, deliberações, encaminhamentos e situação de publicação das atas. | Atas integrais, cronogramas, convocações e matriz de controle. | Rastreabilidade da atuação das instâncias de governança, sem presunção de deliberações ou encaminhamentos não documentados. |
| Administração;<br>RH;<br>Contratos;<br>Patrimônio. | Quadro de 25 servidores informado para o período, movimentações funcionais, controles de contratação e fiscalização, patrimônio, almoxarifado e inventário. | Relatório de Controle Interno do 2º trimestre de 2026; registros e relatórios de RH; documentos de fiscalização contratual e instrumentos de contratação; relação de bens, controles patrimoniais e demais evidências citadas nas respectivas seções. | Acompanhamento da formalização e fiscalização contratual, da conclusão do inventário patrimonial e dos controles administrativos. |

**Fonte**: elaboração própria. As evidências documentais correspondentes a cada objeto de acompanhamento estão individualizadas na coluna “Evidência documental”.